

**ENTRE A ORDEM INSTITUCIONAL E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA:
EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO
METRÓPOLES E NO ANDES-SN¹**

**BETWEEN INSTITUTIONAL ORDER AND DEMOCRATIC RESISTANCE:
EFFECTS OF MEANING REGARDING THE STUDENT MOVEMENT IN
METRÓPOLES AND ANDES-SN**

Emanuely Fernandes Boucher²
Universidade Federal do Tocantins

Thiago Barbosa Soares³
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este artigo analisa os processos de produção de sentidos sobre o movimento estudantil brasileiro materializado em duas notícias as quais tratam da mobilização universitária de outubro de 2026, no intervalo entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais: o enunciado “Mackenzie proíbe atos políticos após alunos convocarem assembleia pró-Lula”, do portal Metrôpoles, e a notícia “Estudantes vão às ruas de todo o país contra a extrema direita e pela reeleição de Lula”, publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Com base na Análise do Discurso de linha francesa, em especial nas contribuições de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Jean-Jacques Courtine, a pesquisa, de natureza qualitativa, interpretativa e documental, examina duas sequências discursivas (SD1 e SD2) a partir das noções de formação discursiva, formação ideológica, intradiscursos, interdiscursos, pré-construído, dentre outras de mesmo potencial heurístico. Os resultados indicam que o Metrôpoles organiza o acontecimento numa sequência de ordem institucional, risco e segurança, na qual a reitoria ocupa o lugar de autoridade e o ato estudantil aparece como evento político-partidário a ser regulado, ao passo que o ANDES-SN constrói uma sequência de mobilização, democracia e resistência, na qual a juventude é sujeito político legítimo e a ameaça se desloca para a extrema direita. Por fim, identifica-se que a divergência ideológica entre as duas mídias se materializa não só no conteúdo, mas na própria arquitetura sequencial dos microenunciados, no que cada um põe em primeiro plano, no que repete e no que silencia.

Palavras-chave: movimento estudantil; eleições presidenciais; Análise do Discurso; sequências discursivas.

¹ Este artigo é produto do Plano de Trabalho Individualizado, de PIBIC 2026-2027, "Produção de verdade e efeitos de sentido na política internacional contemporânea: discurso em disputa nas redes digitais", desenvolvido no âmbito do projeto "Discursos em disputa: poder, verdade e produção de sentidos na política nacional e internacional contemporânea", da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e-mail: emanuely.boucher@mail.uft.edu.br.

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

Abstract: This article analyzes the processes of meaning-making regarding the Brazilian student movement as materialized in two news items covering the university mobilization of October 2026, occurring between the first and second rounds of the presidential election: the headline “Mackenzie bans political acts after students call for pro-Lula assembly” from the Metrôpoles news portal, and the report “Students take to the streets nationwide against the far right and for Lula’s re-election,” published by the National Union of Professors of Higher Education Institutions (ANDES-SN). Drawing on French-school discourse analysis, specifically the contributions of Michel Pêcheux, Eni Orlandi, and Jean-Jacques Courtine, this qualitative, interpretive, and documentary study examines two discursive sequences (DS1 and DS2) using concepts such as discursive formation, ideological formation, intradiscourse, interdiscourse, and the pre-constructed, among others of similar heuristic value. The results indicate that Metrôpoles frames the event within a sequence of institutional order, risk, and security, where the university administration occupies the position of authority and the student protest appears as a partisan political event requiring regulation; conversely, ANDES-SN constructs a sequence of mobilization, democracy, and resistance, in which youth act as legitimate political subjects and the threat is identified as the far right. Finally, the study finds that the ideological divergence between the two media outlets manifests not only in their content but also in the very sequential architecture of their micro-utterances, specifically in what each foregrounds, repeats, and silences.

Keywords: student movement; presidential elections; Discourse Analysis; discursive sequences.

Introdução

No dia 4 de outubro de 2026, o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras levou a disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e Flávio Bolsonaro, candidato do Partido Liberal (PL). Nos dias seguintes, estudantes de universidades públicas e privadas de diversos estados convocaram assembleias, plenárias e atos de rua. Em São Paulo, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, depois de tomar conhecimento de que o coletivo “Mack com Lula” havia convocado uma assembleia no campus de Higienópolis, publicou em 6 de outubro de 2026 um comunicado, assinado pelo reitor, que proibia atos políticos em suas dependências (Queiroz, 2026). Um dia depois do comunicado da reitoria, o ANDES-SN publicou uma notícia do perfil Mídia Ninja, Estudantes Ninja e do Brasil de Fato, que apresentava a mobilização estudantil como reação nacional à ameaça representada pela extrema direita (ANDES-SN, 2026).

O episódio do Mackenzie chama atenção porque reúne, num só acontecimento, tensões históricas e políticas que ultrapassam a decisão administrativa de uma reitoria, isto é, a proibição de manifestações político-partidárias no campus, a convocação de uma assembleia pró-Lula, a formação de um grupo de WhatsApp chamado “Caça aos Comunistas” (Queiroz, 2026) e a menção à Rua Maria Antônia, onde, em 1968, estudantes do Mackenzie e da Universidade de São Paulo (USP) se enfrentaram em plena

ditadura militar (Santos, 1988). O objeto desta pesquisa, contudo, não é o acontecimento em si, mas sim a materialidade discursiva que o significa, ou seja, o modo como cada veículo dá sentido ao mesmo acontecimento a partir de um lugar social e ideológico determinado.

Diante disso, esta pesquisa investiga os modos pelos quais o portal Metrôpoles, enquanto representante da mídia hegemônica, e o ANDES-SN, que faz circular conteúdos da Mídia Ninja e atua como enunciador não hegemônico, produzem perspectivas ideológicas divergentes sobre a atuação recente do movimento estudantil nas universidades públicas e privadas brasileiras, tomando como recorte analítico a proibição de atos políticos no Mackenzie (Queiroz, 2026) e a mobilização estudantil nacional pró-Lula (ANDES-SN, 2026)

O Mackenzie: da Escola Americana à Rua Maria Antônia

A origem do Mackenzie remonta a 1870, quando o casal de missionários presbiterianos norte-americanos George Chamberlain e Mary Annesley Chamberlain fundou, em São Paulo, uma pequena escola que ficaria conhecida como Escola Americana. O projeto educacional, ligado à missão protestante no Brasil, trazia propostas então inovadoras, como aceitar estudantes independentemente de sua classe social ou cor e ênfase no ensino prático e científico (Ipp Play, 2021). No fim do século XIX, com doação do advogado norte-americano John Theron Mackenzie, a instituição deu origem ao Mackenzie College, e, em 1952, foi reconhecida como universidade, aniversário que Lembo (2002), antigo reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, registra ao comemorar seu cinquentenário. Hoje a universidade é mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, ligado à Igreja Presbiteriana do Brasil, o que confere à instituição uma identidade confessional que atravessa sua história e seus documentos oficiais (Núcleo de Produção Desenvolvimento Acadêmico, 2015).

A essa trajetória se junta uma memória política, visto que o prédio histórico do Mackenzie se localiza na Rua Maria Antônia, no bairro de Higienópolis, na região da Consolação, onde também funcionava, nos anos 1960, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (IPP Play, 2021). Em outubro de 1968, a rua foi palco de um confronto entre estudantes das duas instituições, episódio que ficou conhecido como a “Guerra da Maria Antônia” (Santos, 1988, p. 237). De um lado, estavam estudantes da USP ligados ao movimento estudantil de oposição ao regime, de outro, estudantes do Mackenzie, entre os quais atuavam integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização

paramilitar protegida pela polícia civil. O conflito terminou com a morte do estudante secundarista José Guimarães e se tornou um dos marcos da repressão ao movimento estudantil naquele ano.

Os sindicatos no Brasil e o ANDES-SN

Os sindicatos brasileiros nasceram junto com a formação da classe operária, no fim do século XIX e início do século XX, num contexto de industrialização incipiente, forte presença de trabalhadores imigrantes e influência de correntes anarquistas e, depois, comunistas (Segatto, 1987). A partir da década de 1930, o Estado passou a regular a organização sindical por meio de um modelo de sindicato único por categoria e base territorial, vinculado ao Ministério do Trabalho, o que deu ao sindicalismo brasileiro uma marca de tutela estatal na qual os sindicatos, por meio do decreto 19.770, estavam sob o “contrôle ministerialista, embora bem intencionado, que, como veremos, chegará ao auge com o chamado Estado Novo” (Moraes Filho, 1952, p. 220-221). Para mais, Santana (1999) mostra que a historiografia do movimento sindical oscila entre leituras que dão peso à ruptura, como o “novo sindicalismo” surgido no fim dos anos 1970 em oposição à ditadura, e leituras que chamam atenção para as continuidades da estrutura corporativa. Em ambas as leituras, porém, é perceptível que o sindicalismo brasileiro se fez em relação direta com as disputas políticas de cada período, inclusive sob repressão nos regimes autoritários.

O ANDES-SN faz parte dessa história. Criado no início dos anos 1980 como associação nacional de docentes, no contexto da redemocratização, a entidade se transformou em sindicato após a Constituição de 1988, que garantiu aos servidores públicos o direito à sindicalização. Desde então, sua pauta tem girado em torno da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, do financiamento da ciência e das condições de trabalho docente (ANDES-SN, s.d.). Por isso, a posição do sindicato contra a extrema direita não é apenas conjuntural, uma vez que ela se apoia na memória da repressão às organizações de trabalhadores e às universidades durante a ditadura e na experiência recente de cortes orçamentários na educação superior.

Em suma, há uma diferença marcante entre os sindicatos e a extrema direita que ajuda a compreender o antagonismo entre eles. O sindicato é uma associação de caráter permanente, composta por trabalhadores e empregadores (sejam pessoas físicas ou jurídicas), voltada para a análise e a tutela de interesses comuns, “além de prestar apoio a todos os membros vinculados a ele, podendo, também, desempenhar outras atividades

comuns que os beneficiem” (Kleinakuf; Furlan, 2023, p. 2227). A extrema direita populista, ao contrário, pode ser vista como uma combinação de quatro conceitos amplamente definidos como exclusivismo, traços antidemocráticos, tradicionalismo e, do ponto de vista econômico, valorização do “livre mercado” (Mudde, 2019). Essa visão de mundo, ao priorizar o individualismo de mercado e rejeitar mediações sociais institucionais, tensiona diretamente a atuação das entidades de classe. Nesse sentido, Costa e Rego (2025), ao examinarem o caso português, discutem a relação de tensão entre o populismo de extrema direita e a representação sindical, mostrando que a disputa pela representação dos trabalhadores é também uma disputa pela legitimidade das formas coletivas de organização. É nesse antagonismo que se pode ler a posição do ANDES-SN no corpus o qual será abordado na seção 3, *Análise: ordem institucional e resistência democrática em disputa*.

O movimento estudantil: das universidades às redes

O movimento estudantil brasileiro tem raízes que antecedem as próprias universidades. No século XIX, os estudantes das faculdades de Direito, de Medicina e das escolas politécnicas já se organizavam em associações acadêmicas e participavam de campanhas como a abolicionista e a republicana. Já nos anos 1930, havia pequenos grupos estudantis, regulados pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, mas eram entidades transitórias, concentradas nas cidades mais desenvolvidas e voltadas quase só à assistência estudantil, sem ligar essas questões ao debate político nacional (Costa; Costa, 2020). Foi, porém, com a criação da UNE, em 1937, que o movimento ganhou forma nacional. Posteriormente, o movimento esteve presente em momentos centrais da história política do país, como na campanha “O petróleo é nosso”, lembrada como “um dos maiores movimentos de opinião pública do Brasil” (Costa; Costa, 2020, p. 5). Esteve também na resistência à ditadura instaurada em 1964, quando a sede da UNE foi saqueada e incendiada e a entidade passou a agir na clandestinidade, e nas grandes manifestações de 1968, ano em que milhares de estudantes foram presos no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (Costa; Costa, 2020). Seguiu presente na luta pelas Diretas Já, no movimento dos “caras-pintadas” pelo impeachment de Fernando Collor, em 1992, nas ocupações de escolas por secundaristas em 2015 e 2016, que começaram com 219 escolas estaduais ocupadas em São Paulo entre novembro e dezembro de 2015 e motivaram uma segunda onda de ocupações em 2016, e nos atos contra os cortes na educação em 2019 (Groppo et al., 2023). Portanto, o movimento estudantil se firmou dentro das universidades, mas não

se limitou a elas, circulando pelas escolas de ensino médio, nas quais os secundaristas mostraram capacidade de “modelar uma forma de ação coletiva juvenil adotada em todo o país em 2016” (Grosso et al., 2023, p. 24), e, sobretudo, pelas ruas, com passeatas e trancamentos de avenidas organizados a partir das próprias escolas ocupadas.

Na contemporaneidade, esse movimento passou a se organizar também nas redes digitais. Castells (2017) observa que os movimentos sociais da era da internet nascem frequentemente de redes de indignação que se formam on-line e ganham as ruas, ocupando o espaço urbano como forma de visibilidade. É exatamente essa dinâmica que aparece na manifestação “Mack com Lula” a qual convocou a assembleia pelas redes sociais, tanto que a própria reitoria declarou ter tomado conhecimento da convocação por esse meio (Queiroz, 2026). O ANDES-SN, por sua vez, reuniu registros de mais de quarenta assembleias, plenárias e atos em diversos estados, a partir de conteúdo publicado por perfis da Mídia Ninja, e incluiu na agenda nacional um ato de estudantes do Mackenzie em 8 de outubro, às 19h, em frente ao Teatro da USP (TUSP), justamente na Rua Maria Antônia (ANDES-SN, 2026). Os mesmos sujeitos, o mesmo lugar e o mesmo dia aparecem, assim, em dois textos que produzem sentidos muito diferentes, como se verá adiante.

2. Referencial teórico-metodológico

A Análise do Discurso (AD) materialista proposta por Michel Pêcheux (1990), e desenvolvida no Brasil, dentre outros autores, por Eni Orlandi (2015), delineia que o discurso não é a transmissão de uma informação de um emissor a um receptor, mas um efeito de sentidos entre pontos da enunciação, os quais correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. Do mesmo modo, ao desenvolver estudos sobre Pêcheux, Soares (2026, p. 44) define o discurso, nessa mesma direção, como “língua em funcionamento, atravessada pela história e pelas posições sociais dos sujeitos”. Em outros termos, a linguagem não é transparente, pois o sentido não está nas palavras nem na intenção do enunciador, mas se produz na relação entre língua, sujeito e história (Soares, 2018).

Dessa forma, justamente por o sentido estar entrelaçado com esses três conceitos e não somente da intenção individual, ele passa a ser regido tanto pelas condições de produção do discurso como também pelas forças ideológicas. Segundo Pêcheux (1990), as condições de produção do discurso articulam o lugar social ocupado pelos interlocutores numa formação social atravessada por relações de força, reflete o jogo de

imagens e antecipações pelo qual esses lugares se representam no discurso e também é a relação com outros discursos já ditos. Em suma, são elas que determinam o que pode e deve ser dito. De outro modo, a formação ideológica (FI), nesse sentido, corresponde ao conjunto de atitudes e representações que, numa dada conjuntura, se relacionam às posições de classe em conflito (Orlandi, 2015). A formação discursiva (FD), por sua vez, é aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito “a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada” (Orlandi, 2015, p. 41). Por isso, as mesmas palavras podem mudar de sentido conforme as posições daqueles que as empregam.

Pêcheux (1990) trata ainda das formações imaginárias, isto é, das imagens que os sujeitos fazem de si, do outro e do referente no processo discursivo. Em outros termos, quem fala o faz a partir da imagem que tem de seu lugar e do lugar do interlocutor, antecipando o modo como será interpretado. Assim, um portal jornalístico de grande audiência e um sindicato docente, por exemplo, não projetam o mesmo público-alvo nem a mesma imagem de universidade, de estudante e de política. Nessa perspectiva, o sujeito não é o indivíduo autônomo, origem de seu dizer, mas uma posição sócio-histórica produzida pelo discurso, ou seja, o sujeito é interpelado pela ideologia e, sob a ilusão de ser a fonte do que diz, ocupa uma posição dentro de dada FD (Orlandi, 2015). Os efeitos de sentido resultam, então, desse funcionamento, pois, como se entende na Análise do Discurso, “escapa à condição de uma propriedade intrínseca das palavras, assumindo a forma de um *efeito* produzido no encontro entre a materialidade linguística, a posição do sujeito e as condições históricas presentes em seu funcionamento” (Soares, 2026, p. 45).

Para mais, Orlandi (2015) distingue dois eixos na produção do dizer. O eixo vertical, o da constituição, corresponde ao interdiscurso, isto é, à memória discursiva, ao conjunto do já-dito que, esquecido como tal, torna possível todo dizer. O eixo horizontal, o da formulação, corresponde ao intradiscurso, ao fio do dizer, àquilo que é efetivamente dito num momento dado, em determinadas condições. O intradiscurso é o encadeamento textual observável, ou seja, o que é dito, em que ordem, com quais conectores, repetições, apagamentos e deslocamentos. O interdiscurso é o que o atravessa e o determina, sem que o sujeito tenha controle sobre isso. Ademais, ligada ao interdiscurso, está a noção de pré-construído, formulada por Pêcheux (1990) para designar um elemento que irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar e de modo independente, produzindo um efeito de verdade e evidência. Em *Semântica e discurso*, Pêcheux (2014) aprofunda essa noção ao articulá-la à interpelação ideológica, mostrando que o pré-

construído sustenta as evidências pelas quais o sujeito toma como óbvio, natural e anterior ao seu dizer aquilo que, na verdade, é determinado pelo interdiscurso.

Na prática textual, esse efeito de evidência e naturalidade do pré-construído ganha contornos específicos quando observado no fazer informativo. O discurso jornalístico produz efeito de objetividade por meio de procedimentos como a citação de fontes, a atribuição de falas e a hierarquização da informação. Cotter (2010) mostra que os jornalistas operam com critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*), como conflito, proximidade, atualidade e proeminência das fontes, e que esses critérios orientam tanto a seleção do que vira notícia quanto a ordem em que a informação aparece no texto. De acordo com a autora:

News values are not only invoked to answer questions at the conceptualization stage about what to cover or what counts as news, but also to answer other relevant journalistic questions related to the story and story construction: how to cover it, what to emphasize or start off with (the “lede”), who to talk to, when to proceed or hold back⁴. (Cotter, 2010, p. 75, aspas da autora).

A forma como essas perguntas técnicas são respondidas no fazer diário, contudo, varia segundo o lugar institucional de onde o veículo fala e os interesses e as alianças ideológicas que orientam sua atuação. Essa dimensão pode ser compreendida a partir de Moraes (2010, p. 67), que relaciona a atuação das corporações midiáticas aos “critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção”. Desse modo, por mídia hegemônica entende-se aqui o conjunto de veículos de grande alcance, ligados a empresas de comunicação, cujas escolhas de pauta e formas de enquadramento tendem a favorecer interesses e perspectivas dos grupos dominantes. Por mídia alternativa, de outra maneira, entende-se como o conjunto de enunciadoreis vinculados a movimentos sociais, sindicatos e coletivos que produzem e fazem circular notícias a partir de outras posições sociais e políticas, inclusive nas redes digitais. Conforme Góes (2007, p. 13), nesse tipo de comunicação, “Tanto a seleção dos fatos quanto o seu enquadramento são feitos na perspectiva dos interesses e ideais dos movimentos sociais”. O caráter contra-hegemônico dessas práticas não decorre, portanto, apenas de sua origem organizacional ou do suporte utilizado, mas de sua participação na disputa pelos sentidos dos acontecimentos e pela transformação das relações de poder.

⁴ Os critérios de noticiabilidade são invocados não apenas para responder a questões na fase de concepção — sobre o que abordar ou o que constitui notícia —, mas também para responder a outras perguntas jornalísticas relevantes relacionadas à matéria e à sua construção: como abordá-la, o que enfatizar ou como começar (o “lead”), com quem falar e quando avançar ou aguardar (tradução nossa).

Nesse sentido, Castells (2017) também afirma que a comunicação em rede deu aos movimentos sociais uma autonomia comunicativa inédita, capaz de contornar, em parte, a mediação dos grandes veículos.

Para apreender metodologicamente como esses pré-construídos e determinações interdiscursivas se materializam na superfície textual, recorre-se às contribuições de Courtine (2022), o qual em sua obra *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* propõe que o corpus discursivo seja organizado em sequências discursivas (SDs), recortes de superfície que funcionam como unidades de análise. O autor parte da distinção entre o nível da formulação, em que os enunciados aparecem linearizados no fio do discurso, e o nível do enunciado, em que eles se repetem, se transformam e circulam verticalmente no interior de uma FD. Uma SD, nesse sentido, não é um trecho qualquer, mas um ponto em que se pode observar como a memória discursiva se atualiza num acontecimento. Courtine (2022) dá peso também ao modo como uma sequência se organiza por intermédio da determinação de quais microenunciados aparecem, como se encadeiam, como se deslocam e como certas formulações preparam, apoiam ou reverterem outras. É esse olhar sobre a organização sequencial que orienta a análise das duas SDs deste estudo na seção seguinte.

3. Análise: ordem institucional e resistência democrática em disputa

O objetivo geral nesta seção será analisar os processos de produção de sentidos sobre o movimento estudantil nos textos do Metrôpoles e do ANDES-SN, identificando como o interdiscurso atravessa o intradiscurso, isto é, aquilo que está posto “na superfície” das notícias, e examinando os microenunciados de cada sequência discursiva que materializam formações ideológicas distintas sobre universidade, democracia, ordem pública e participação política estudantil. Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar as sequências discursivas, no sentido de Courtine (2022), presentes em cada texto e o modo como sua progressão orienta a leitura do acontecimento; (b) mapear o intradiscurso, observando escolhas lexicais, modalizações, atribuição de agentes, vozes citadas, relações de causa e consequência e organização argumentativa; (c) reconstruir o interdiscurso, isto é, as memórias discursivas acionadas, como “segurança e bem-estar”, “autorização institucional”, “democracia”, “ameaça comunista”, “herança da ditadura” e “defesa do futuro”; (d) comparar as formações discursivas em disputa; e (e) examinar como a condição de mídia hegemônica e não hegemônica se materializa em modos distintos de hierarquizar vozes, selecionar fontes e construir o estudante como sujeito.

A pesquisa é qualitativa, interpretativa e de base documental, utilizando como base teórico-metodológica a Análise do Discurso de base materialista. Além disso, os corpora foram constituídos segundo três critérios: (a) a mobilização estudantil de outubro de 2026 no contexto do segundo turno das eleições presidenciais, com menção ao ato de estudantes do Mackenzie, noticiados pelo portal de notícias Metrôpoles, nomeado “Mackenzie proíbe atos políticos após alunos convocarem assembleia pró-Lula”, assinada por Júlia Queiroz e publicada pelo Metrôpoles em 8 de outubro de 2026 (Queiroz, 2026), e pela notícia “Estudantes vão às ruas de todo o país contra a extrema direita e pela reeleição de Lula”, publicada no portal do ANDES-SN em 7 de outubro de 2026, sem autoria individual, com créditos à Mídia Ninja, ao perfil Estudantes Ninja e ao Brasil de Fato (ANDES-SN, 2026); (b) foram publicados na mesma semana, em 7 e 8 de outubro de 2026; e (c) são produzidos por enunciadores situados em lugares distintos, um portal jornalístico de grande audiência e um sindicato nacional de docentes que faz circular conteúdo de mídia alternativa.

O procedimento analítico seguiu seis etapas: (a) constituição do corpus, com seleção e arquivamento das notícias; (b) transcrição e segmentação do material em duas sequências discursivas; (c) análise do intradiscurso, com observação de léxico, metáforas, modalizações, pronomes, vozes reportadas, negações, pressupostos e relações lógico-argumentativas; (d) análise do interdiscurso, com identificação de paráfrases, memórias discursivas, pré-construídos e formações discursivas em disputa; (e) análise comparativa entre os modos de significar o movimento estudantil nos dois textos; e (f) síntese interpretativa, com formulação de hipóteses sobre o modo como hegemonia e contra hegemonia se materializam discursivamente. As SD1 e SD2 são desenvolvidas, respectivamente, nas seções 3.1 *SD1: o Metrôpoles e a ordem institucional* e 3.2 *SD2: o ANDES-SN e a resistência democrática*.

3.1. SD1: o Metrôpoles e a ordem institucional

Esta primeira subseção trata do modo como o portal Metrôpoles significa o acontecimento. Como exposto na *Introdução*, o primeiro turno das eleições presidenciais, realizado em 4 de outubro de 2026, levou à disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). Nos dias seguintes, o coletivo “Mack com Lula” convocou, pelas redes sociais, uma assembleia no campus de Higienópolis da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Diante disso, a reitoria publicou em 6 de outubro um comunicado, assinado pelo reitor, que proibia atos políticos em suas dependências

(Queiroz, 2026). A notícia que relata essa decisão, assinada por Júlia Queiroz, foi publicada em 8 de outubro, mesmo dia em que estava marcado o ato de estudantes do Mackenzie na Rua Maria Antônia. Essas condições de produção são decisivas para compreender o que pode e deve ser dito nesse texto (Orlandi, 2015). Elas envolvem um portal de grande audiência que fala de um lugar hegemônico, uma universidade confessional de longa tradição institucional, uma disputa eleitoral polarizada e um espaço urbano marcado pela memória do confronto de 1968.

Antes de examinar a sequência, vale observar o título da notícia, “Mackenzie proíbe atos políticos após alunos convocarem assembleia pró-Lula”, porque ele já indica a direção da leitura. Nele, o sujeito gramatical da ação principal é a instituição (“Mackenzie proíbe”), e a ação dos estudantes aparece numa oração temporal subordinada (“após alunos convocarem”). O conector “após” estabelece uma relação de sucessão que pode ser lida como causalidade: a convocação dos estudantes é apresentada como aquilo que antecede a proibição e, ao mesmo tempo, como seu motivo. Esse mesmo conector volta na SD1, o que mostra que a organização sequencial, no sentido de Courtine (2022), não é aleatória. Uma mesma relação lógica se repete entre o título e o corpo do texto e reforça a leitura do acontecimento como resposta institucional a uma iniciativa estudantil. Diante dessas considerações, segue-se para análise da primeira sequência discursiva:

SD1: A proibição, segundo a universidade, “pretende zelar pela segurança e bem-estar de todos” após receberem preocupações manifestadas por membros da comunidade acadêmica. O documento é assinado pelo reitor, Marco Tullio de Castro Vasconcelos. (...) O ato em questão [distintas manifestações políticas de alunos da instituição] acontece próximo a universidade, mas fora de suas dependências, na Rua Maria Antônia, na Consolação. Nas redes sociais, o coletivo estudantil pró-Lula convoca os estudantes “em defesa do nosso futuro e da nossa democracia” (Queiroz, 2026).

No nível do intradiscurso, a sequência começa pela nominalização “A proibição”. Ao transformar o ato de proibir em substantivo, o texto o apresenta como fato já dado, cuja existência não precisa ser discutida, só explicada. Logo depois vem a marca de atribuição “segundo a universidade”, que, conforme Cotter (2010), é um dos procedimentos pelos quais o discurso jornalístico produz efeito de objetividade, ou seja, o portal não afirma por conta própria que a proibição protege a comunidade, mas atribui essa justificativa à instituição. Essa atribuição, porém, não é imparcial. A primeira voz que aparece na sequência, e com ela a primeira justificativa que o leitor encontra, é a da universidade. A hierarquização da informação, que Cotter (2010, p. 75) associa às decisões sobre “what to emphasize or start off with” (“o que enfatizar ou por onde

começar”, em português), põe a voz institucional na posição de abertura e, com isso, determina o lugar a partir do qual o restante da sequência será lido.

O segmento entre aspas, “pretende zelar pela segurança e bem-estar de todos”, concentra os principais efeitos de sentido da SD1. O verbo “pretende” modaliza o enunciado no campo da intenção, pois o que se apresenta é a finalidade declarada da medida, não o seu efeito. O verbo “zelar” pertence a um campo semântico do cuidado e da proteção, e com ele a instituição ocupa um lugar de tutela em relação à comunidade acadêmica. O par “segurança e bem-estar” aciona uma memória discursiva ligada à ordem pública, na qual a manifestação política aparece como possível fonte de risco. Funciona aí um pré-construído, no sentido de Pêcheux (1990) no qual a ideia de que atos políticos ameaçam a segurança surge no enunciado como algo já sabido, pensado antes e em outro lugar, sem precisar ser afirmada. Em nenhum momento a sequência diz que a manifestação estudantil é perigosa. A justificativa da proibição, no entanto, só se sustenta se esse sentido for pressuposto. Por fim, o pronome indefinido “todos” universaliza o destinatário da proteção e produz um efeito de consenso que apaga o conflito, pois se a medida protege “todos”, os estudantes que querem se manifestar ficam incluídos, paradoxalmente, entre os protegidos da própria manifestação.

A oração seguinte, “após receberem preocupações manifestadas por membros da comunidade acadêmica”, completa a cadeia de justificação. Desse modo, três aspectos merecem destaque: primeiro, o léxico “preocupações” pertence ao campo afetivo e dá à proibição a forma de uma resposta sensível a um mal-estar coletivo; segundo, o agente dessas preocupações é indeterminado (“membros da comunidade acadêmica”), uma vez que não se sabe quem são, quantos são nem que posição ocupam. O texto legitima a medida por meio de um coletivo sem rosto, que funciona como fonte e não pode ser contestado; Terceiro, chama a atenção o jogo com o verbo “manifestar”. Os membros da comunidade “manifestam preocupações”, e os estudantes realizam “manifestações políticas”. A mesma raiz lexical tem sentidos diferentes conforme a posição de quem a usa, o que confirma o que Orlandi (2005, p. 11) afirma sobre o sentido, isto é, ele é “sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáfora (transferência) acontecendo nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório”. Logo, a manifestação de preocupação é tratada como legítima e capaz de produzir efeitos institucionais e a manifestação política é tratada como aquilo que precisa ser contido.

Ademais, o enunciado “O documento é assinado pelo reitor, Marco Tullio de Castro Vasconcelos” reforça o efeito de autoridade. A voz passiva põe o “documento”

em primeiro plano, e o agente aparece nomeado de forma completa e acompanhado do cargo. Do ponto de vista dos critérios de noticiabilidade, trata-se da proeminência da fonte (Cotter, 2010). Do ponto de vista discursivo, atualiza-se a memória da “autorização institucional”, isto é, o que pode ou não acontecer no espaço universitário é decidido por uma assinatura, por um ato administrativo que se apresenta como legítimo por sua forma burocrática. A FD que organiza essa primeira parte da sequência pode ser descrita como uma FD da ordem institucional, na qual a universidade é concebida como espaço administrado, e não como espaço de debate político.

A partir do corte marcado por “(...)”, a sequência muda de direção, pois o enunciado “O ato em questão [distintas manifestações políticas de alunos da instituição] acontece próximo a universidade, mas fora de suas dependências” traz uma informação espacial que tensiona o tecido narrativo prévio. O conector adversativo “mas” opõe “próximo” a “fora” e demonstra que a proibição institucional alcança um ato que não ocorre no espaço da instituição. Aqui aparece uma ambiguidade própria do discurso jornalístico de referência, pois ao registrar a localização, o portal fornece ao leitor um elemento que permite questionar o alcance da medida, mas não formula esse questionamento. A contradição fica disponível na superfície do texto e o enunciador não a assume. Sendo assim, o efeito de objetividade é mantido justamente porque o texto “apenas informa”.

Posteriormente, a menção à “Rua Maria Antônia, na Consolação” pode ser lida também pelo eixo do interdiscurso. O topônimo é apresentado como mera localização, mas a rua carrega a memória da chamada “Guerra da Maria Antônia” (Santos, 1988). Em outros termos, trata-se do confronto entre estudantes do Mackenzie e da USP em outubro de 1968, em plena ditadura militar. Essa memória não é dita no fio do discurso, e é justamente por isso que pode significar, pois o interdiscurso, como lembra Orlandi (2015), atravessa o dizer sem que o sujeito tenha controle sobre ele. Desse modo, uma informação aparentemente topográfica pode atualizar a memória da “herança da ditadura”, de uma universidade em que a participação política estudantil foi historicamente objeto de disputa e repressão.

A SD1 se encerra com a voz estudantil: “Nas redes sociais, o coletivo estudantil pró-Lula convoca os estudantes ‘em defesa do nosso futuro e da nossa democracia’”. A posição final dessa voz é significativa, pois na organização sequencial, os estudantes falam depois da universidade, depois das preocupações anônimas, depois do reitor e depois da descrição espacial. Além disso, sua voz chega mediada por “redes sociais”. Se,

para Castells (2017), a comunicação em rede dá aos movimentos uma autonomia comunicativa capaz de contornar a mediação dos grandes veículos, a SD1 mostra o movimento inverso, ou seja, o portal hegemônico recupera essa comunicação autônoma e a enquadra segundo sua própria hierarquia. A designação “coletivo estudantil pró-Lula” também pesa, já que o qualificador partidário vem antes da autodefinição dos estudantes e orienta sua leitura, de modo que a defesa da democracia é lida, desde o início, como defesa de uma candidatura.

As aspas em “em defesa do nosso futuro e da nossa democracia” marcam a fronteira entre a voz do portal e a voz estudantil. O possessivo “nosso”, repetido, constrói um sujeito coletivo jovem que reivindica o futuro e a democracia como algo próprio. Mas esse enunciado não é retomado nem desenvolvido pelo enunciador jornalístico, uma vez que “democracia” aparece na SD1 apenas como palavra do outro, citada e delimitada. Conforme argumenta Moraes (2010, p. 67), pode-se dizer que opera aqui um dos “critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção”. O conteúdo político da mobilização (as razões pelas quais os estudantes se organizam) é esvaziado, enquanto a medida institucional e sua justificativa recebem ênfase.

Do ponto de vista das formações imaginárias (Pêcheux, 1990), o Metrôpoles fala a partir da imagem de um veículo de grande audiência que se dirige a um público amplo e heterogêneo e que antecipa um leitor para quem a neutralidade é supostamente um critério de credibilidade. A universidade é projetada como instituição responsável pela ordem, e o estudante, como sujeito político identificado a uma posição partidária. Assim, a SD1 materializa o confronto entre a ordem institucional, que fala em “segurança”, “bem-estar” e “documento”, e a da participação democrática, que fala em “futuro” e “democracia”. A hierarquia sequencial dá à primeira a posição dominante. Como observa Soares (2025, p. 143), “as formações imaginárias são imagens que cada um dos participantes de uma interação verbal faz de si e do outro na projeção de tais imagens como efeitos no discurso”, de modo que o próprio modo de enunciar já está marcado pela antecipação do outro. É nesse jogo especular que o portal constrói não apenas o que diz, mas o lugar a partir do qual seu dizer se legitima.

3.2. SD2: o ANDES-SN e a resistência democrática

Esta segunda subseção trata do mesmo acontecimento visto a partir de outra posição social⁵. O ANDES-SN surgiu no início dos anos 1980 como associação nacional de docentes, no contexto da redemocratização, e se tornou sindicato após a Constituição de 1988 (ANDES-SN, s.d.). Desde então, sua atuação gira em torno da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Como supracitado, em 7 de outubro de 2026, um dia depois do comunicado da reitoria do Mackenzie, o sindicato publicou em seu portal uma notícia sem autoria individual, com créditos à Mídia Ninja, ao perfil Estudantes Ninja e ao Brasil de Fato. A notícia reunia registros de mais de quarenta assembleias, plenárias e atos estudantis em diversos estados e incluía na agenda nacional o ato de estudantes do Mackenzie marcado para 8 de outubro, às 19h, em frente ao Teatro da USP, na Rua Maria Antônia (ANDES-SN, 2026). Os mesmos sujeitos, o mesmo lugar e a mesma data que aparecem na SD1 voltam aqui, mas inscritos em outras condições de produção. Quem enuncia é uma entidade de classe historicamente oposta à extrema direita, que faz circular conteúdo de mídia alternativa produzido nas redes e se dirige a docentes, estudantes e militantes. A SD2, que abre a notícia, foi escolhida porque nela se concentram a designação do sujeito estudantil, as finalidades atribuídas à mobilização, sua motivação e a construção da ameaça à qual ela responde:

SD2: A juventude brasileira iniciou uma ampla mobilização de rua e de base em defesa da democracia, da educação pública e pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. A reação estudantil ganhou força imediatamente após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais, motivada pela compreensão de que a candidatura da extrema direita representa ameaça direta de retorno aos cortes orçamentários, ao sufocamento e descrédito da pesquisa científica e ao desmonte das universidades públicas e das políticas sociais no país (ANDES-SN, 2026).

As condições de produção da SD2 já marcam a diferença em relação à SD1. O percurso do texto, que sai de perfis de mídia alternativa e chega ao portal de um sindicato, corresponde ao que Castells (2017) descreve como a autonomia comunicativa que a comunicação em rede deu aos movimentos sociais. Também confirma a observação de Góes (2007, p. 13) de que, nesse tipo de comunicação, “Tanto a seleção dos fatos quanto o seu enquadramento são feitos na perspectiva dos interesses e ideais dos movimentos sociais”. Já no título da notícia, “Estudantes vão às ruas de todo o país contra a extrema

⁵ Para Orlandi (2015, p. 40), a posição social seria diferente do lugar empírico, ou seja, a posição refere-se à posição de sujeito no discurso, determinada pela formação discursiva e pela ideologia na qual ela se inscreve, enquanto o lugar se refere a como os sujeitos “estão inscritos na sociedade”.

direita e pela reeleição de Lula” (ANDES-SN, 2026), os estudantes ocupam a posição de sujeito gramatical da ação, e essa posição se mantém ao longo da sequência.

O primeiro elemento a observar no intradiscurso é a designação do sujeito: “A juventude brasileira”. Enquanto a SD1 se refere aos estudantes como “alunos”, “membros” de uma instituição ou “coletivo estudantil pró-Lula” (Queiroz, 2026), a SD2 escolhe uma designação ampla e nacional, que constrói um sujeito coletivo de grande extensão. Sendo assim o efeito que se produz é de totalização, pois não se trata de um grupo localizado, mas de uma geração inteira que se mobiliza. O adjetivo pátrio “brasileira” inscreve essa juventude no âmbito da nação e lhe confere legitimidade de representação. Com isso, o movimento estudantil deixa de ser visto como parte de uma instituição e passa a ser visto como sujeito político nacional.

Esse sujeito é agente de um verbo de ação na voz ativa: “iniciou uma ampla mobilização de rua e de base”. Diferentemente da SD1, em que os estudantes aparecem no fim da sequência e com sua voz mediada por aspas, na SD2 eles abrem o enunciado como origem da ação. O adjetivo “ampla” intensifica a dimensão do acontecimento, e a expressão “de rua e de base” mobiliza um léxico próprio da memória discursiva dos movimentos sociais. Para mais, “Rua” remete à ocupação do espaço público como forma legítima de fazer política, e “de base” remete ao trabalho organizativo cotidiano da militância, como ocorrido em outros contextos, a exemplo das mobilizações em São Paulo em 2015 (Grosso et al., 2023). É significativo que o espaço público, que na SD1 é descrito como o lugar “fora das dependências” da universidade e por isso alcançado pela proibição, apareça aqui como o lugar próprio e legítimo da ação estudantil. A mesma referência (a rua) significa de modo diferente conforme a FD em que se inscreve (Orlandi, 2015).

A sequência continua com uma enumeração de finalidades: “em defesa da democracia, da educação pública e pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva”. A enumeração estabelece uma cadeia de equivalências, isto é, democracia, educação pública e reeleição de Lula aparecem lado a lado, coordenadas, como objetivos da mesma natureza. O objetivo eleitoral é assim inscrito no mesmo plano de valores apresentados como universais, e esses valores dão legitimidade a ele. A mudança de preposição (“em defesa da” e “pela reeleição”) marca uma pequena diferença sintática entre a defesa de bens coletivos e a adesão a uma candidatura, mas a coordenação aproxima os dois termos. Além disso, o nome completo do candidato, “Luiz Inácio Lula da Silva”, dá solenidade

ao enunciado e contrasta com a forma reduzida “pró-Lula” (Queiroz, 2026) da SD1, que funciona como rótulo classificatório.

Ademais, o termo “democracia” é central na comparação entre as duas sequências. Na SD1, ele aparece apenas entre aspas, como palavra atribuída ao coletivo estudantil e mantida à distância pelo enunciador jornalístico. Na SD2, “democracia” é assumida pela voz enunciativa, sem aspas e sem marcas de atribuição. Essa diferença mostra como uma mesma palavra muda de sentido conforme a posição de quem a usa (Orlandi, 2015), pois na SD1, ela é reivindicação de uma das partes de um conflito, e na SD2, é um valor compartilhado pelo enunciador e pelo sujeito do qual ele fala.

O segundo período da SD2 traz a dimensão temporal e causal: “A reação estudantil ganhou força imediatamente após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais”. O substantivo “reação” pressupõe uma ação anterior à qual se reage, isto é, constrói a mobilização como resposta a uma ameaça, e não como iniciativa gratuita. A expressão metafórica “ganhou força” representa o movimento como algo que cresce, que se fortalece, e o advérbio “imediatamente” sugere urgência e prontidão. Aqui se reconhecem critérios de noticiabilidade descritos por Cotter (2010), como a atualidade (o resultado recente do primeiro turno) e o conflito (a disputa entre duas candidaturas). Isso mostra que a mídia alternativa também opera com procedimentos próprios do fazer jornalístico, embora os responda a partir de outro lugar institucional e ideológico.

O segmento “motivada pela compreensão de que” tem papel decisivo na construção do estudante como sujeito. A motivação da mobilização é apresentada como “compreensão”, isto é, como um processo cognitivo e racional, não como emoção ou impulso. Consequentemente, o complemento oracional introduzido por “de que” projeta a afirmação “a candidatura da extrema direita representa ameaça direta” com o estatuto de verdade compreendida, afastando-a do campo da simples opinião. Desse modo, neste enunciado, funciona o efeito de evidência do pré-construído (Pêcheux, 1990). A ameaça não é afirmada como tese a ser defendida, mas aparece como dado que os estudantes compreenderam. Em contraste com o que foi analisado na SD1, se produz um efeito de evidência o qual identifica que a medida institucional se justifica por “preocupações”, termo do campo afetivo e atribuído a agentes indeterminados, no entanto, aqui, a ação estudantil se justifica pela “compreensão”, termo do campo racional e atribuído a um sujeito coletivo nomeado.

A designação “extrema direita” também merece atenção. O adversário político não é nomeado pelo nome próprio, mas pela sua posição no espectro ideológico. Esse

apagamento⁶ do nome tem um efeito, pois desloca o foco do candidato individual para o campo político que ele representa e constrói a disputa eleitoral como um enfrentamento entre projetos de sociedade. No eixo do interdiscurso, há um deslocamento importante. Na memória da “ameaça comunista”⁷ (Silva; Rahmeier, 2023), historicamente mobilizada para justificar a repressão a movimentos estudantis e sociais (Santos, 1988), o perigo vem da esquerda. No episódio analisado, essa memória não é abstrata, ela se materializa tanto na atuação do Comando de Caça aos Comunistas na Rua Maria Antônia, em 1968, quanto no grupo de WhatsApp “Caça aos Comunistas” (Queiroz, 2026), formado no contexto da mobilização de 2026. Na SD2, essa posição se inverte, e a ameaça passa a ser localizada na extrema direita. O substantivo “retorno” reforça essa leitura, pois aciona uma memória do passado, ou seja, o que ameaça é a volta de algo já vivido. Esse “retorno” remete ao passado recente de cortes nas universidades (Grosso et al., 2023), mas pode também atualizar a memória mais longa da “herança da ditadura”, em que universidade e pesquisa foram alvos de controle político (Costa; Costa, 2020).

A sequência termina com uma enumeração em gradação: “cortes orçamentários”, “sufocamento e descrédito da pesquisa científica” e “desmonte das universidades públicas e das políticas sociais”. Dessa maneira, as escolhas lexicais constroem metáforas significativas, uma vez que “sufocamento” representa a pesquisa como corpo vivo que pode ser asfixiado, e “desmonte” representa a universidade como estrutura construída que pode ser desfeita peça por peça. A enumeração vai do mais específico (o orçamento) ao mais amplo (as políticas sociais do país) e amplia progressivamente a dimensão da ameaça. Na perspectiva de Courtine (2022), a organização sequencial mostra como os microenunciados finais sustentam o enunciado de abertura, isto é, a extensão dos riscos enumerados no final justifica a amplitude da “mobilização” anunciada no início. A sequência fecha num movimento circular, em que a ameaça legitima a ação e a ação responde à ameaça.

Do ponto de vista das formações imaginárias (Pêcheux, 1990), o ANDES-SN fala a partir da imagem de um sindicato docente que se dirige a professores, estudantes e

⁶ Conforme ressalta Orlandi (2015), o apagamento, no âmbito da relação entre o dito e o não-dito, incorpora-se no silêncio constitutivo, isto é, para se dizer algo, é preciso não-dizer outros sentidos e palavras. Além disso é um mecanismo constitutivo e necessário para o funcionamento da ideologia e da linguagem na produção dos sentidos e na constituição do sujeito.

⁷ De acordo com Silva e Rahmeier (2023), a “ameaça comunista” no Brasil foi uma construção discursiva e ideológica forjada no imaginário social a qual foi alimentada pela divulgação do Plano Cohen (um documento falso sobre uma suposta conspiração comunista), servindo de pretexto para Getúlio Vargas fechar o Congresso e instaurar a ditadura do Estado Novo.

militantes, e antecipa um leitor que compartilha a defesa da universidade pública. A universidade é projetada como bem público ameaçado, e o estudante, como sujeito político legítimo e consciente. A SD2 se inscreve, assim, numa FD da resistência democrática, que se opõe à FD da ordem institucional observada na SD1. Vale ressaltar, no entanto, que o caráter contra-hegemônico desse discurso não o faz escapar da ideologia. Também aqui o sujeito é interpelado e, sob a ilusão de ser a fonte do que diz, ocupa uma posição numa FD (Orlandi, 2015). A diferença em relação à SD1 não está na presença ou ausência de ideologia, mas na posição a partir da qual se disputa o sentido do acontecimento e na hierarquia de vozes que daí resulta.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar como o Metrôpoles e o ANDES-SN produzem sentidos divergentes sobre o movimento estudantil a partir do episódio da proibição de atos políticos no Mackenzie e da mobilização pró-Lula de outubro de 2026. Com base na Análise do Discurso de linha francesa, foram examinadas duas sequências discursivas, observando seu intradiscurso, seu interdiscurso e as formações discursivas e imaginárias em que se inscrevem, dentre outras conceituações de mesmo potencial heurístico.

Ademais, cabe ressaltar que o Metrôpoles organiza o acontecimento numa sequência de ordem institucional, risco e segurança, na qual a reitoria tem proeminência e a mobilização estudantil é significada como evento político-partidário a ser regulado, configurando a SD1 em uma formação discursiva da ordem institucional. Já o ANDES-SN constrói uma sequência de mobilização, democracia e resistência, na qual a juventude é sujeito político legítimo e a extrema direita é a ameaça, inscrevendo na SD2 uma FD da resistência democrática. O interdiscurso da “ameaça comunista” (Silva; Rahmeier, 2023), atualizado pelo grupo “Caça aos Comunistas” (Queiroz, 2026), traz para o presente a memória da ditadura e da Rua Maria Antônia, mas cada veículo lida com ela de modo distinto. O Metrôpoles, por exemplo, a registra sem desenvolvê-la, e o ANDES-SN a desloca para a defesa da democracia. Em suma, a divergência ideológica aparece na própria arquitetura sequencial dos textos, no que cada um põe em primeiro plano, repete, desloca e silencia.

A análise mostra também que o estudante é significado de modos opostos, uma vez que no Metrôpoles, o sujeito gera uma ação política a qual causa uma reação institucional e precisa de autorização, já no ANDES-SN, o sujeito é entendido como uma entidade política consciente e protagonista da defesa da universidade pública. Essa

diferença ajuda a compreender como a disputa pelos sentidos de democracia, universidade e participação política se dá, na conjuntura contemporânea, também no terreno da mídia e das redes digitais.

Como contribuição, o estudo aponta a produtividade da noção de sequência discursiva para a análise comparativa de textos jornalísticos, mostrando que a ordem do dizer é ela mesma lugar de inscrição ideológica. Ao tratarem dos mesmos sujeitos, do mesmo lugar e da mesma data, o Metrôpoles e o ANDES-SN se distinguem menos pelo que afirmam do que pela posição que atribuem a cada voz no fio do discurso, pela palavra que assumem ou mantêm entre aspas e pelos conectores que convertem sucessão em causalidade. Com isso, procedimentos tidos como técnicos, como a escolha do lide e a hierarquização das fontes (Cotter, 2010), revelam-se pontos em que o interdiscurso se atualiza no intradiscurso. Como desdobramentos, sugere-se ampliar o corpus para outros veículos hegemônicos e alternativos, a fim de verificar se as formações discursivas aqui identificadas constituem regularidades estáveis, incluir as postagens dos próprios coletivos estudantis nas redes sociais, nas quais a voz estudantil não chega mediada por outro enunciador, e examinar a materialidade imagética das publicações, como fotos, legendas e hashtags, os quais ficaram fora do recorte deste trabalho.

Referências

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Estudantes vão às ruas de todo o país contra a extrema direita e pela reeleição de Lula. Brasília: **ANDES-SN**, 7 out. 2026. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/estudantes-vaao-as-ruas-de-todo-o-pais-contra-a-extrema-direita-e-pela-reeleicao-de-lula1>. Acesso em: 9 out. 2026.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. História. Brasília: **ANDES-SN**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/historia>. Acesso em: 9 out. 2026.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

COSTA, Hermes Augusto; REGO, Raquel. Populismo de extrema direita e representação sindical em Portugal. **Sociologia On Line**: Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, n. 39, p. 1-18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2025.39.2.revista.aps>

COSTA, Regina Couto da; COSTA, Laís de Miranda Crispim. Atuação do movimento estudantil da Universidade Federal de Alagoas no processo de redemocratização do Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/gxzdDLLWRqW7kkpg8RQMkvM/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2026.

COTTER, Colleen. **News talk**: investigating the language of journalism. New York: Cambridge University Press, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

GÓES, Laércio Pedro Torres de. Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais. In: **IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**: mercado, região e comunicação na sociedade digital, 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Intercom, 2007. Disponível em: https://facom.ufba.br/jol/pdf/2007_Laercio_Contra-hegemonia%20e%20Internet%20-%20Laercio%20Goes.pdf. Acesso em: 9 out. 2026.

GROPPO, Luis Antonio et al. “Um ato de liberdade”: movimento de estudantes secundaristas em São Paulo, 2015. **Pro-Posições**, Campinas, v. 34, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0101>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/pm8gDhmqy4Stv9szDMJ7CWK/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2026.scielo+1

IPP PLAY. **Mackenzie 151 anos**. 2021. 1 vídeo (11 min 38 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6AJu82v_N_Y. Acesso em: 9 out. 2026.

KLEINAKUF, Ana Roberta; FURLAN, Fernando Palma Pimenta. Sindicatos: importância e sindicalismo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, v. 9, n. 9, p. 2226-2237, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11343>. Acesso em: 9 out. 2026.

LEMBO, Cláudio. Universidade Presbiteriana Mackenzie, no seu cinquentenário. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 12-15, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/WxNNHYWtzDyqxz9fxhGBKws/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2026.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/download/12420/8298/0>. Acesso em: 9 out. 2026.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. Cambridge: John Wiley & Sons, 2019.

NÚCLEO DE PRODUÇÃO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO. **Institucional Igreja Presbiteriana do Brasil e Instituto Presbiteriano Mackenzie**. 2015. 1 vídeo (7 min 20 s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=RmdHpZhj6VY>. Acesso em: 9 out. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, 2005. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 9 out. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

QUEIROZ, Júlia. Mackenzie proíbe atos políticos após alunos convocarem assembleia pró-Lula. **Metrópoles**, São Paulo, 8 out. 2026. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/mackenzie-proibe-atos-politicos-apos-alunos-convocarem-assembleia-pro-lula>. Acesso em: 9 out. 2026.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KCkbMh43JQFRsKGYBRXfXqm/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2026.scielo+1

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). **Maria Antônia**: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

SEGATTO, José Antonio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA, Desire Ferreira da Rosa; RAHMEIER, Andrea Helena Petry. O medo do comunismo: da Era Vargas aos dias atuais. **Revista História Unicap**, v. 10, n. 20, p. 101-119, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unicap.br/historia/article/view/2417>. Acesso em: 9 out. 2026.

SOARES, Thiago Barbosa. Análise do discurso: língua, sujeito e história. In: SOARES, Thiago Barbosa. **Percorso linguístico**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 107-113.

SOARES, Thiago Barbosa. **Arquiteturas do sentido**: linguagem, história e simbolismo. Campinas: Pontes Editores, 2025.

SOARES, Thiago Barbosa. A vertente materialista: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. In: SOARES, Thiago Barbosa. **Os limites da interpretação**: teorias do discurso, verdade e fake news. Campinas: Pontes Editores, 2026. p. 43-55.